

## O CONTEXTO DO CAMPESINATO PERANTE A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO: EXPROPRIAÇÃO, SUJEIÇÃO E RESISTÊNCIA

THE CONTEXT OF THE PEASANTRY BEFORE THE EXPANSION OF AGRIBUSINESS:  
EXPROPRIATION, SUBJECTION AND RESISTANCE

EL CONTEXTO DE LOS CAMPESINOS DELANTE DE LA EXPANSIÓN DEL AGRONEGOCIO:  
EXPROPIACIÓN, SUJECIÓN Y RESISTENCIA

Érica Maria Bezerra PINHEIRO<sup>1</sup>  
[ericamaria\\_bp@yahoo.com.br](mailto:ericamaria_bp@yahoo.com.br)

### RESUMO

A expansão do capitalismo no campo tem causado diferentes processos, dentre eles, a territorialização e a monopolização do capital no campo. No caso específico do Nordeste, o processo de reestruturação produtiva da agropecuária tem ocorrido de uma forma mais pontual, sobretudo nos vales úmidos. Uma área de destaque é a região que compreende municípios do Baixo Jaguaribe, no Ceará e, do Mossoró/Assú, no Rio Grande do Norte, com forte demanda na produção de frutas. Essa região tem sido beneficiada com programas que fortalecem a iniciativa privada nos perímetros irrigados, substituindo a agricultura tradicional de produção de alimentos por culturas de mercado. Esse processo tem causado impactos significativos no campesinato local, tanto pelo processo de expropriação, como pelo processo de sujeição da renda da terra. No entanto, observamos ainda que o agricultor camponês tem resistido a essas atuações tanto por estratégias na forma de produzir, como através de movimentos sociais no campo. Assim sendo, nosso objetivo é analisar a atuação do agronegócio da fruticultura em comunidades rurais no Ceará e os impactos no campesinato local, destacando ainda as formas de resistência camponesa.

**Palavras-chave:** Expropriação. Sujeição da renda da terra. Resistência Camponesa.

### ABSTRACT

The expansion of capitalism in the countryside has caused different processes, among them, the territorialization and the monopolization of capital in the field. In the specific case of the Nordeste, the process of agricultural modernization have occurred at points, especially on the humid valleys. One area of emphasis is the region comprising the municipalities of Baixo Jaguaribe in Ceará and Mossoró / Assú, in Rio Grande do Norte, with strong demand in the production of fruit. This region has benefited from programs that strengthen the private sector on the

<sup>1</sup> Mestra em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Fortaleza - CE. Grupo de Pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização.

PINHEIRO, É.M.B. O contexto do campesinato perante a expansão do agronegócio: expropriação, sujeição e resistência. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v. 3, nº5, p. 54-77, jul./dez. 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

irrigated perimeters, replacing traditional agricultural production of food crops for market. This process has caused significant impacts on the local peasantry, both the expropriation process, as the subjection of rent process. However, we also observed that the peasant farmer has resisted these performances both with strategies in order to produce, as by social movements in the field. Therefore, we aimed to analyze the performance of agribusiness apple orchards in rural communities in Ceará and the impacts on the local peasantry, also emphasizing the forms of peasant resistance.

**Keywords:** Expropriation. Securing of land rent. Peasant Resistance.

## RESUMEN

La expansión del capitalismo en el campo ha hecho diferentes procesos, entre ellos, la territorialización y la monopolización del capital en el campo. En el caso específico del Nordeste, el proceso de modernización de la agricultura se ha producido en algunos puntos, como los valles húmedos. Un área importante es la región que comprende los municipios de Bajo Jaguaribe, en Ceará y Mossoró/Assú, en Rio Grande do Norte, con una fuerte demanda en la producción de fruta. Esta región se ha beneficiado de programas que fortalece el sector privado en las áreas de perímetros irrigados, con la sustitución de la producción agrícola tradicional de cultivos de alimentos por culturas de mercado. Este proceso ha causado un impacto significativo sobre el campesinado local, tanto el proceso de expropiación, como el proceso de sujeción de la renta de la tierra. Sin embargo, también se observó que el campesino se ha resistido a estas actuaciones tanto por estrategias en la forma de producir, como por los movimientos sociales en el campo. Por lo tanto, nuestro objetivo es analizar el desempeño del agronegocio en horticultura de las comunidades rurales de Ceará y los impactos sobre los campesinos locales, destacando también las formas de resistencia campesina.

**Palabras-clave:** Expropiación. Sujeción de la renta de la tierra. Resistencia Campesina.

## 1. INTRODUÇÃO

O processo de reestruturação produtiva da agropecuária tem sido caracterizado por abranger diversas modificações no rural e no urbano. A introdução de novas culturas, novas formas de produção, com adoção de insumos agrícolas, sistemas modernos de irrigação, inserção de pesquisas na produção agrícola, são exemplos de mudanças advindas desse processo.

Do modo geral, essas transformações apresentam dimensões significativas a partir do período pós-Segunda Guerra Mundial, uma vez que o mundo passa por um processo de reestruturação produtiva que também atinge a agropecuária. No

Brasil, a maior intensidade de transformações neste setor ocorreu a partir da década de 1970 (ELIAS, 2002).

A partir das diferenças regionais existentes no território brasileiro, as inovações na agropecuária se concentraram em maior amplitude nas regiões Sudeste e Sul, sendo somente na década de 1980 que o Nordeste adentra com maior vigor nesse processo (ELIAS, 2006a; 2006b). Nesse sentido, uma série de ações foi desenvolvida no intuito de incentivar a produção agrícola nos moldes modernos, a exemplo da criação de políticas, programas, infraestrutura, além do fortalecimento da logística, preparando o território para a inserção dessas inovações. Essas mudanças atingem o Nordeste mais intensamente na figura de empresas e indústrias, primeiramente oriundas das regiões Sudeste e Sul, posteriormente de empresas multinacionais.

Com o processo de reestruturação produtiva da agropecuária, a produção da fruticultura nordestina teve destaque significativo, iniciada com maior magnitude na região do vale do São Francisco, mas que tem se estendido aos vales úmidos do Nordeste, destacando a região compreendida entre o Ceará (Baixo Jaguaribe) e Rio Grande do Norte (Mossoró/Assú).

A produção de frutas nessa região se deu mais intensamente na década de 1990, quando as políticas e os programas incentivaram essa produção, e quando foi impulsionada a iniciativa privada dentro dos perímetros irrigados do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), proporcionando a vinda de multinacionais, aumentando o destaque da fruticultura em termos de produtividade, mas impactando o campesinato local, tanto através da expropriação como da sujeição da renda da terra.

A atuação dessas empresas em áreas já ocupadas pelo campesinato local, juntamente com a implantação de perímetros irrigados do DNOCS, tem caracterizado a região como uma realidade de complexas relações, uma vez que geram processos de territorialização e monopolização do capital, conduzidos, sobretudo, pela ação de empresas agrícolas. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é identificar os impactos causados no campesinato pela expansão do

agronegócio da fruticultura e as formas de resistência em comunidades rurais no Ceará.

### **Expansão capitalista no campo: algumas considerações teóricas**

A expansão do capitalismo no campo ocorre mediante a sujeição do campesinato, que segundo Martins (1990), se desenvolve através de dois processos: a sujeição formal e a sujeição da renda da terra, sendo que “[...] a noção de sujeição formal do trabalho ao capital está originalmente relacionada à expropriação dos trabalhadores, que se veriam assim obrigados a oferecer a sua força de trabalho ao capitalista” (MARTINS, 1990, p. 173). Seria o caso, por exemplo, das populações que se vêm totalmente expropriadas da terra. Nessa perspectiva, Santos (1981, p. 111) destaca que a exploração do trabalho.

[...] efetiva-se pela conversão dessa forma de produção em viveiro de força de trabalho para o próprio setor agrícola, para o setor urbano-industrial e para as frentes de expansão e frentes pioneiras, expressando-se pela presença de membros da família camponesa em trabalhos temporários no setor agrícola e por sua participação nos fluxos migratórios rural-urbano e rural-rural contemporâneos.

Já a sujeição da renda da terra ao capital está relacionada ao controle da “[...] comercialização dos produtos agrícolas, controlando até os insumos empregados na produção [...]” (MARTINS, 1990, p. 173). Nesse caso,

[...] dá-se uma apropriação do sobre-trabalho cristalizado no produto da unidade produtiva camponesa, seja na forma de alimentos, seja na forma de matérias-primas, apropriação que se dá por intermédio das relações de mercado (SANTOS, 1981, p. 111).

Nesse último caso, o camponês não necessariamente sai da terra, mas fica subjugado a adotar procedimentos no âmbito do capitalismo – é o que acontece com os vários exemplos de agricultura desenvolvida em sistemas de integração, como a produção de fumo, vinho, frango, porco, entre outros insumos agrícolas, produzidos, sobretudo, nas regiões sudeste e sul do Brasil.

Observamos que esse processo vem acontecendo de diversas formas com a produção de frutas no Ceará e no Rio Grande do Norte, sendo que uma delas são os contratos de compra e de comercialização da produção estabelecidos entre empresas agrícolas e camponeses. Nesses contratos, as empresas exercem certo

controle da produção na medida em que exigem um padrão de qualidade das frutas no âmbito das exigências do mercado.

Essas duas formas de sujeição, resultado da expansão do capitalismo no campo, foram destacadas por Santos (1981, p. 110), quando ressalta que:

No caso da agricultura brasileira, a reprodução ampliada do capital realiza-se, por um lado, mediante a expropriação do produtor direto e a consequente penetração de relações capitalistas de produção na agricultura. Por outro lado, o movimento da acumulação desenvolve-se através da dominação do capital sobre processos de trabalho não-capitalistas, resultando na reprodução subordinada do campesinato.

A expropriação do campesinato ocorre quando este, na figura de proprietário, arrendatário, meeiro ou posseiro, é retirado da terra. A expropriação é inerente ao próprio sistema capitalista de produção, uma vez que este “[...] desapropria o trabalhador das condições de produção, e do mesmo modo na agricultura subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina-o a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro” (MARX, 1974, p. 706).

No período atual, o processo de expropriação do campesinato é reforçado com a concentração de grandes faixas de terras por parte do agronegócio, uma vez que, conforme afirmam Girardi e Fernandes (2009), prioriza-se a produção em larga escala, reforçando a expropriação e a violência contra os camponeses. Todos esses fatores favorecem o aumento exorbitante do preço da terra nos lugares de origem dos camponeses, os quais, conforme afirmou Martins (1991, p. 47) “[...] não têm condições de ampliar suas próprias oportunidades de trabalho [...]”, tampouco de garantir a seus filhos que cresçam e constituam família.

No caso da sujeição da renda da terra camponesa, estamos diante de uma das formas de monopolização de território pelo capital, já que não se expropria totalmente o camponês da terra, mas utiliza-se de outras formas para sujeitá-lo, tais como o domínio da produção e da comercialização (MARTINS, 1981; 1990; OLIVEIRA, 2001). Nesse caso, essa monopolização ocorre de tal forma que amplia e redefine o processo de sujeição da renda da terra camponesa ao capital, estabelecendo as bases para transformação em renda capitalizada, sem necessariamente expropriar o camponês da terra (OLIVEIRA, 2007).

Portanto, conforme as duas situações acima apresentadas, podemos reforçar a teoria de que a expansão do capitalismo no campo se deu por dois processos, quais sejam: a territorialização do capital monopolista e a monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 1986; 2001; 2007).

### **Expropriação, sujeição e resistência camponesa em comunidades rurais.**

Com o advento das novas técnicas agrícolas, sobretudo com o objetivo de atender às exigências de uma produção que prioriza os interesses de um mercado globalizado e competitivo, a agricultura camponesa vem passando por grandes transformações e por uma série de impactos. Nesse sentido, observamos que houve diversas mudanças nas culturas produzidas, no modo de produzir, nas orientações técnicas recebidas, na incorporação de técnicas modernas na produção, e assim por diante. No entanto, apesar da exigência em adotar alguns parâmetros de uma agricultura empresarial, ou de mercado, observamos contradições na medida em que permanece a agricultura camponesa, com características próprias, tais como: a resistência em produzir culturas para autoconsumo paralelamente à produção voltada para o mercado; a utilização de mão de obra familiar em consonância com o trabalho assalariado; o caráter solidário das relações entre os agricultores, mesmo com a inserção em um mercado que exige cada vez mais a competitividade.

Silva, Neto e Moura (1997) apresentam que, dentre as mudanças ocorridas pelo avanço do capitalismo no campo, como as mudanças tecnológicas, há também as mudanças na ordem das relações sociais, como o exemplo da organização e gestão do trabalho. Essas relações têm sido características da área de expansão do agronegócio da fruticultura no Ceará e Rio Grande do Norte, contribuindo para transformações socioespaciais, pois atingem a estrutura e as relações produtivas na agricultura.

Conforme destacamos, o campesinato na região em análise sofre com a expropriação e a sujeição, mas ao mesmo tempo, desenvolve estratégias de resistências. Quando destacamos esses processos na região em análise é fundamental que apresentemos a dinâmica proporcionada pelos perímetros

irrigados, uma vez que, além de se constituírem como uma das particularidades da região tem influenciado o processo de reestruturação produtiva da agropecuária, sobretudo com a produção de frutas, e têm afetado diretamente o campesinato.

Através das indenizações, a instalação dos perímetros irrigados se caracteriza por uma forma perversa de expropriação do campesinato e de sujeição da renda da terra camponesa. Essa constatação pôde ser comprovada a partir da presente pesquisa realizada em três comunidades rurais no Ceará, sendo elas, a comunidade Lagoa da Várzea e a comunidade Lagoa dos Cavalos, ambas localizadas no município de Russas, e a comunidade do Tomé, localizada entre os municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré. As duas comunidades sofreram impactos causados pela instalação de um dos perímetros irrigados do DNOCS, o perímetro Tabuleiro de Russas, além de serem comunidades com localizações próximas as fazendas de empresas do agronegócio da fruticultura.

Os impactos causados nas comunidades devido a instalação de perímetros irrigados foram vários, havendo casos de comunidades rurais que foram totalmente expropriadas, casos de algumas famílias que resistiram ao processo de expropriação e ainda outros casos em que algumas famílias foram incluídas nos pequenos lotes de agricultores dentro dos perímetros, mas que ao longo do tempo gradualmente desistiram dos lotes, pois não havia como mantê-los.

As famílias camponesas que passaram pelo processo de expropriação e foram incluídas nos perímetros tiveram que aderir a uma lógica de agricultura empresarial, transformando, portanto, muito das características da agricultura camponesa local. Nesse sentido, a gestão dos perímetros teve papel significativo, sendo necessárias algumas mudanças conforme observamos em entrevista com funcionário no Distrito Irrigado Tabuleiro de Russas<sup>2</sup>:

[...] Os perímetros de irrigação são perímetros públicos e são construídos pelo governo federal. Até a década de 1990, esses perímetros, eles, além de serem construídos, eles também eram administrados pelo governo federal. A partir daí, criou-se um novo conceito de administração, né. Um conceito no qual os próprios usuários, os próprios irrigantes, eles

<sup>2</sup> Entrevista realizada com funcionário do Distrito Irrigado Tabuleiro de Russas (DISTAR), em março de 2013.

começariam a fazer a administração, operacionalizando o perímetro, com a co-participação do governo federal. O intuito é que dentro de alguns anos e, isso é muito empírico, fala-se em dez, fala-se em cinco, fala-se em dois, mais dentro de alguns anos, dependendo do grau de maturidade dos usuários, dos irrigantes e dos perímetros, essa, toda essa administração, operação e manutenção, ficaria a par dos usuários, né. Então, há um, como chamá-los de, um plano de transferência da gestão dos perímetros de irrigação [...] (Informação Verbal).

Esse tipo de gestão favoreceu a adoção de um caráter empresarial dentro dos perímetros, a medida que as próprias empresas que possuíam lotes passaram a ter importante fator de decisão na gestão. Nesse sentido, observamos essa lógica em trabalho de campo realizado no Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (CE), onde pudemos colher algumas informações referentes às inovações apresentadas no perímetro, tais como:

*“Metade da área irrigada do projeto (cerca de 5.000 ha) é destinada a empresários, que deverão apontar tecnologia e mercados aos pequenos produtores selecionados”* (DSTAR/DNOCS, Pesquisa Direta).

*“O processo de seleção se baseou em aspectos técnicos e na capacidade gerencial e administrativa do pequeno produtor e empresário”* (DSTAR/DNOCS, Pesquisa Direta).

*“O Perímetro Irrigado se organiza através de DISTRITO, cuja gestão é autônoma e independente”* (DSTAR/DNOCS, Pesquisa Direta).

*“O pequeno produtor recebe treinamento gerencial, tecnológico e operacional em agricultura irrigada”* (DSTAR/DNOCS, Pesquisa Direta).

*“O Perímetro de Irrigação é concebido dentro de uma filosofia de empreendimento empresarial e de agricultura comercial, moderna e eficiente, dirigida ao mercado nacional e de exportação. A base de sustentabilidade dos projetos é a produção de frutas e hortaliças”* (DSTAR/DNOCS, Pesquisa Direta).

Pensando na perspectiva dessas inovações, os camponeses são excluídos do processo desde a seleção, pois não se encaixam nas demandas e na lógica de mercado, já que o camponês tem originalmente uma lógica de produção simples de mercadoria. Quando não excluídos do processo, aqueles que conseguiram se adequar na seleção e conseguiram lotes nos perímetros, vêm passando por um processo de adequação à lógica empresarial.



Para que o agricultor adentre ao perímetro, o mesmo é induzido a perder suas raízes tradicionais e culturais e adequar-se à lógica de mercado. Essa demanda pode ser observada nas ações que são realizadas pelo distrito e que se adéquam às inovações acima destacadas. Podemos identificar essa perspectiva em entrevista com funcionária do distrito<sup>3</sup>, conforme destacado abaixo:

[...] Outra visão que a gente tinha e que hoje foi mudada dentro dos perímetros, eles se viam como pequenos produtores rurais, e hoje a gente tenta colocar, tenta que eles sintam e que eles se formem como pequenos empresários rurais. Que na realidade eles têm que se inserir nesse mercado comercial né. Não é só você produzir. Você tem que produzir, qualificar o seu produto e comercializar bem. E se você não fizer esse trabalho desde o início, desde quando você está gerando o que é que você vai fazer no seu projeto, se não olhar lá pra frente, o que é que você faz? Você produz mais na hora da comercialização você não tem a quem vender. Então era um dos problemas também que existiam aqui [...] (Informação Verbal).

Nesse caso, a visão que tenta ser transmitida para os agricultores é a de que a agricultura como um modo de vida, os saberes tradicionais e a permanência em hábitos tradicionais são um problema dentro dos perímetros, uma vez que nestes prevalecem a produtividade e a demanda de mercado.

Essa perda dos saberes tradicionais e as exigências de outros saberes equivalentes aos de uma agricultura enquanto ramo econômico é reforçada também com a atuação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), através de cursos e consultorias, conforme podemos observar em campo, segundo apresentou a funcionária anteriormente citada.

O que a gente pode dar, dentro da cultura da goiaba, consultoria, através do SEBRAE, que a gente tem até hoje, que eles pagam, certo? O SEBRAE ele entra com 60% e o produtor 30% pagando para ter um consultor aqui, todo mês trabalhando na parte de irrigação e tecnologia pra eles. Então pra você ver o nível de crescimento que eles têm. Com isso a gente conseguiu atingir o que? A qualificação do produtor, a comercialização, a parte de organização de documentos deles, certo? Então realmente foi uma mudança cultural, de cabeça mesmo, de estrutura. Hoje você não é só um agricultor, você é um pequeno agricultor empreendedor, empresário. Você tem que ver o seu lote, como uma empresa, né. Onde dali você vai tirar o seu sustento e vai tirar também a sua produção [...] (Informação verbal).

<sup>3</sup> Entrevista realizada com funcionária do Distrito Irrigado Tabuleiro de Russas (DSTAR), em março de 2013.

Portanto, o objetivo é trabalhar em uma transformação cultural, pois, conforme já apresentou Martins (1981), há uma vertente teórica que considera os camponeses e seus saberes tradicionais como atrasados. Nesse caso, com a instalação dos perímetros no contexto local, e com o processo de reestruturação produtiva da agropecuária, em um contexto global, podemos identificar uma ruptura cultural, quando o agricultor é desapropriado de suas terras e, aqueles que conseguem entrar no perímetro, precisam se adaptar a uma nova lógica, sobretudo no modo de produzir. Desse modo, os agricultores que se inserem nessa agricultura de caráter empresarial, seja dentro ou fora dos perímetros, são forçados a adotarem novas técnicas e modos de produzir, que exigem cada vez mais o uso de máquinas, implementos e produtos químicos, reforçando a sujeição da renda da terra.

De modo geral os agricultores visualizam alguns benefícios que vieram para suas comunidades nos últimos anos. Podemos identificar que esses benefícios destacados pelos agricultores foram em relação a serviços básicos, e que na realidade foram instalados para atender a área dos perímetros, só se estendendo até as comunidades pela luta e reivindicação dos moradores. Foi o que pudemos observar em entrevistas com uma agricultora na Comunidade Lagoa da Várzea, em Russas (CE)<sup>4</sup>, quando perguntado se a agricultura supre a necessidade da família:

[...] é, muito difícil, porque os investimentos, a gente não tem como investir, mas a vista do que era já melhorou, já melhorou 100%, porque a gente era área de sequeiro, e sofria uma agricultura muito pequena, porque a gente não tinha condições, nem terra a gente tinha, favorável né, e não tinha condição. Aí em complementar a isso melhorou, apesar que não tem aquele, não tem financiamento fácil, não tem assim, não tem essas ajudas, e a praga é muito grande, mas a gente vai comento e bebendo, quem já se acostumou-se a viver uma vida no interior, no mato, como a gente chama, e hoje a gente já ta vendo mais evolução, já ta vendo mais, né, ta melhorando, de qualquer maneira eu não tenho o que reclamar não (Informação Verbal).

A fala da agricultora nos faz pensar nas dificuldades das famílias das comunidades rurais. Alguns anos atrás, como afirma a própria entrevistada,

---

<sup>4</sup> Entrevista realizada com agricultora da comunidade Lagoa da Várzea, Russas, em agosto de 2013.

sobretudo anteriormente à instalação do perímetro, havia uma dificuldade maior em relação a serviços básicos. Esses serviços, a exemplo de energia, água, educação, saúde, pareciam existir de forma mais precária. As famílias viviam numa espécie de isolamento, no sentido de não existirem investimentos direcionados para essas comunidades. Com a instalação do perímetro alguns dos serviços tiveram que ser instalados para atender a demanda de uma agricultura moderna. Essa é a melhoria a que a agricultora se refere, ou seja, um investimento realizado especificamente para atender a uma demanda que não era das comunidades rurais, mas sim uma demanda originada externamente, para atender as demandas de mercado.

Além das demandas não serem instaladas para atender diretamente as famílias agricultoras, o pouco que os moradores conseguiam usufruir foi pelo intermédio de muitas reivindicações. Os agricultores tiveram então que se adaptar a essas transformações, e aqueles que conseguiram permanecer no local após as indenizações passaram a usufruir de um mínimo de serviços, como energia e água (sendo que a água não era sequer apropriada para o consumo humano). Diferentes da realidade desses que permaneceram, muitas famílias e agricultores foram expropriados de suas terras e passaram a morar nas cidades ou nos distritos mais próximos.

A comunidade Lagoa da Várzea foi uma das que resistiu ao processo de desapropriação. Com muita luta da população local, foi reservada uma área, onde atualmente se encontra a vila de casas, com o objetivo de deixar um limite residencial para as famílias que ali viviam e outras famílias que foram indenizadas, mas que moravam nas comunidades das mediações. O acordo foi deixar uma área para que as famílias pudessem construir suas casas. O padrão de cada lote ficou definido em 15 metros de largura por 30 metros de comprimento, constituindo a moradia e os quintais, onde as famílias produzem para o autoconsumo. A associação comunitária que já existia na comunidade contribuiu para que Lagoa da Várzea permanecesse, conforme ressalta um agricultor local<sup>5</sup>:

---

<sup>5</sup> Entrevista realizada com D. C., agricultor da comunidade Lagoa da Várzea, Russas (CE), em agosto de 2013.

[...] Eu recebi uma visita do pessoal, dizendo que a área ia ser desapropriada e, quando o pessoal recebesse o dinheiro da indenização, ia ser indenizado, e quando o pessoal recebesse a indenização, precisava desocupar as propriedades, ou seja, a área que tinha sido desapropriada, ele tava recebendo a indenização e precisava desocupar para que fosse desapropriado. Então a gente conversando com o doutor eu dei essa proposta. A gente falou, olha, o senhor vai doar uma área de terra pra gente morar lá. Então, como existia a associação aqui, na Lagoa da Várzea, eu era o presidente. Ele disse, então nos vamos doar uma área de terra pra vocês quando sair das propriedades levantar a casa de vocês lá. Então ele doou aqui uma área de terra, fez o loteamento e doou. Quem saia de lá, construía uma casa aqui pra desocupar lá. Dava um tempo determinado pra que você pudesse desocupar lá. Dava um aviso pra pessoa sair, pra eles desapropriar [...] (Informação Verbal).

Importante observar na fala do agricultor a imposição ideológica colocada por parte do DNOCS quando se referia ao processo de expropriação dos camponeses. Podemos observar esse processo na idéia imposta de que a terra já não era mais dos agricultores, uma vez que o DNOCS agora iria “doar” uma área de terra para os agricultores. Ora, a terra que o responsável do departamento falava em doar era a terra dos próprios camponeses da região. Portanto, não era uma doação, já que a terra era dos próprios agricultores, e sim um processo de expropriação, imposta até mesmo no discurso exposto pelo DNOCS.

Segundo o referido entrevistado, as famílias desapropriadas tinham que concorrer a um lote por um processo de seleção. A concorrência era realizada por ponto e as famílias tinham que preencher as exigências de força de trabalho, grau de escolaridade, experiência com área irrigada e disponibilidade de acesso aos bancos. A partir desses pontos era estabelecida uma ordem de classificação, de modo que quem melhor se classificasse adquiria mais rapidamente um lote, ficando os demais por último.

Importante observar como os requisitos já apontam uma exclusão do perfil do camponês, pois exigiam, por exemplo, experiência em irrigação em uma área que culturalmente era de sequeiro. E como os requisitos remetem a uma agricultura voltada para o perfil capitalista, dentro dos parâmetros de modernização, como, por exemplo, a exigência das famílias terem acesso a banco. Nesse caso, já podemos observar que essa exigência relaciona-se com a sujeição da renda da terra camponesa ao capital financeiro.

O processo de desapropriação não ocorreu de forma simples, sem conflitos. Muitos problemas, e mesmo erros, ocorreram durante as indenizações conforme informações em entrevista com o mesmo agricultor acima citado:

[...] na primeira etapa eu fui um dos que não consegui, porque assim, eu, empatou com outro. [...] Só foram incitado primeiramente 75 lotes. Então esses 75 lotes era pra quem fizesse mais pontos. No caso eu empatei com um rapaz lá no Jardim de São José, então esses que empatava faziam uma reunião para depois. Você ia apresentando mais ponto, ia casando mais ponto, e depois era outro processo. No meu caso, no dia da reunião eu não estava, eu estava em Fortaleza resolvendo uns negócios, aí não participei da reunião, aí quer dizer, eu já fiquei de fora do projeto. Já fiquei pra outra etapa. [...] eram poucos lotes, então passava numa peneira bem [...] foram beneficiado primeiro 75, depois 400 e tantos lotes, até chegar o derradeiro, sabe. Por exemplo, eu fiquei pra segunda etapa. Só que teve um detalhe, é, o meu lote foi entregue muito longe daqui e eu não tive condições de ir, aí eu devolvi porque eu não tinha condições de eu ir pra lá. [...] não fiquei porque era longe, morar lá não tinha condições porque na época eu recebi o lote desabitado, não existia, por exemplo, água pra gente conseguir pra beber, tinha água do canal, mas não servia pra beber. Escola, por exemplo, era muito longe e a minha família toda estudava e eu não tinha como ir morar lá. Então eu não fui. Como eu não fui devolvi pra outro rapaz na esperança de conseguir um aqui mais perto, na época existia troca de lote, existia alguém que desistia e vendia. Por exemplo, as vezes a pessoa recebia um aqui, era longe, o jeito que tinha era vender pra comprar outro mais perto. Aconteceu isso, e no começo diziam que não podiam, depois abriram exceção. Hoje continua venda de lote, não sei como, mas continua. Aí eu tinha uma esperança de conseguir um aqui perto (Informação Verbal).

A fala do agricultor expressa como a vida das famílias era negligenciada de tal forma que a ausência em uma reunião poderia mudar por completo o futuro de uma família. Ou ainda a questão da inexistência de uma estrutura mínima para as famílias que permanecia mesmo com a instalação do perímetro, como a falta de acesso a água para beber e escola para os filhos

Podemos constatar, conforme destacamos anteriormente, que os investimentos em serviços e infraestrutura não eram pensados para atender as famílias, mas sim em estruturar um perímetro com lotes para atender a demanda de uma agricultura empresarial. Além disso, a insensibilidade por parte dos representantes do DNOCS responsáveis pelas desapropriações das famílias nas comunidades atingidas pelos projetos de irrigação foi uma problemática abordada

por Braga (2010), quando destaca o distanciamento das instituições do Estado, a exemplo do DNOCS, do modo de vida das comunidades. A autora destaca que,

Os responsáveis não pisam na terra onde crianças brincam livremente, não bebem da água da chuva do sertão armazenada em cisternas de placa, não se alimentam de ovos caipiras de galinha, pato e capote, não saboreiam do feijão de corda orgânico, não desjejum com cuscuz do milho local, tapioca da mandioca ali produzida nem do leite quente tirado naquela mesma manhã, não comem goiaba e caju do pé, não acordam ao som de infinitos pássaros da Caatinga, não se recolhem sentindo o frio do sertão e não dormem de portas e janelas abertas, não desfrutam de uma rede na sombra de tamarindeiro, não valorizam a luz da lua, não se curam do mel que colhe nem das plantas do mato, não trabalham cooperativamente, não possuem identidade cultural com o local onde vivem, não vivem em comunidade (BRAGA, 2010, p. 62 -63)

Podemos observar nessa passagem que o processo de desapropriação das famílias envolve toda uma conjuntura onde o que está em jogo é o modo de vida do campesinato. Portanto, com as desapropriações, os camponeses não estão somente perdendo suas terras, mas perdendo parte de suas vidas, de seu modo de vida.

No início da implantação do projeto Tabuleiro de Russas, a proposta do DNOCS era de construir casas dentro dos lotes no perímetro. No entanto, com as reivindicações dos camponeses de ficar na área em Lagoa da Várzea, pois os lotes não tinham estrutura suficiente para as famílias residirem, o departamento abriu mão da proposta inicial, sendo que, ainda assim, apenas algumas famílias conseguiram ser atendidas com tal proposta.

Além de ter ocorrido o fato da expropriação de vários camponeses, mesmo com suas reivindicações, aquelas pessoas que ficaram, sofreram prejuízos e conseqüências diversas. O referido agricultor entrevistado na comunidade Lagoa da Várzea destacou, por exemplo, que sua antiga propriedade tinha 60 hectares. No entanto, para ele conseguir um lote de 8 hectares, precisou passar pelo processo de seleção e ainda arcar com o pagamento do valor do lote - que, na época correspondia a R\$ 55.000,00, para pagamento em 20 anos (com carência de mais ou menos 10 anos), e sob o risco de aumento da dívida, por intermédio de reajustes, para cada ano de inadimplência. Além desses gastos, o agricultor que conseguisse o lote teria que pagar continuamente uma taxa de manutenção ao

Distrito do Perímetro Irrigado, responsável pela gestão. Essas condições eram inviáveis para muitos agricultores que não tinham investimentos.

A respeito do processo a ser pago nas indenizações, o agricultor destacou que:

[...] foi uma perda muito grande, primeiro, eu era proprietário, morava numa área de 60 ha que dava pra mim produzir minha agricultura e criar. Ai sai, recebi um terreno de 15 metros por 30, só dá mesmo para morar né. E depois, a indenização que eu recebi não correspondeu o valor da minha propriedade. A minha propriedade eu tinha comprado, ela tava por 14.000,00 e eu recebi 2.900,00. Então a indenização não correspondeu o valor da minha propriedade. Ou seja, não dava pra mim comprar outra em outro canto. Mas como eu tava sendo desapropriado e precisava assinar a desapropriação pra poder receber, eu assinei, [...] como eu já tinha assinado, lá no documento que eu assinei, tava, vinha dizendo que eu tinha concordado de livre e espontânea vontade com o valor, só que eu não assinei de livre e espontânea vontade com o valor que eu recebi. Eu assinei de livre e espontânea vontade autorizando a desapropriação, porque era uma obrigação, que todo mundo tinha assinado, então o governo não ia aceitar aquela coisinha no meio de ... né, você tá entendendo? Era um órgão federal, então ele tinha poder pra o que ele quisesse. Eu tinha que assinar pra poder receber. Depois que eu assinei, então a empresa que veio fazer os cálculos, calculou errado, o meu valor saiu em outra propriedade de outro vizinho, então ele recebeu o valor que era o meu, e eu recebi o valor que era dele. Saiu trocado. Isso pra ser ajustado, essa empresa tinha que vim fazer outra, outra recontagem. E a empresa já tinha ido embora, quem é que sabia onde essa empresa estava. Então não foi feito a recontagem e eu é que saí no prejuízo (Informação Verbal).

Caso semelhante ocorreu com outras pessoas, embora tenha havido a recontagem para algumas famílias. Para os que foram vítimas desse erro, no entanto, o prejuízo foi impactante. Além dos erros, há ainda a questão dos lotes não atenderem a toda a população atingida pelas desapropriações, conforme ressalta o mesmo agricultor entrevistado.

[...] até hoje eu continuo sem lote e isso eu considero que foi uma irresponsabilidade da, vamos dizer assim, do órgão. Que ele prometia que cada proprietário tinha direito a receber uma parte de terra pra trabalhar, e verdadeiramente não foi assim. Você tinha que participar do processo, [...] que dificultava muito, por exemplo, já pensou, primeiramente só 75 lotes foram prontos para entregar. Desses 75 tinha mais de 500 participando, concorrendo né. Depois mais 400, tinha outro absurdo, e aí até chegar o derradeiro. Ainda tem proprietários desses que, vamos dizer assim, ainda tá pelejando. Não era aquela história de você só ser proprietário tinha direito, você tinha que preencher os requisitos que o DNOCS exigia (Informação Verbal).

Outra comunidade visitada durante a pesquisa de campo foi Lagoa dos Cavalos, no Município de Russas (CE), que atualmente passa pelo processo de desapropriação das terras e de implantação da segunda etapa do Perímetro Tabuleiro de Russas<sup>6</sup>. A comunidade hoje resiste para que a área que constitui pelo menos a vila de casas (Fotografia 01) permaneça no local, sem que seja necessária a expropriação das famílias.



**FOTOGRAFIA 01** – Vila de casas na Comunidade Lagoa dos Cavalos, Russas (CE). Acervo de Érica Pinheiro, 2013.

Em entrevista com um agricultor e liderança da Comunidade Lagoa dos Cavalos<sup>7</sup>, o mesmo destacou que muitas famílias, por morarem mais afastadas das comunidades que já constituíam vilas de casas e por terem suas áreas indenizadas pelo DNOCS, saíram ou para outras comunidades mais povoadas, que não estavam na demarcação dos perímetros, ou para as cidades. Assim, conforme foi destacado em entrevista, muitos agricultores desistiram de tentar passar pelo processo de seleção para conseguir o lote.

<sup>6</sup> Os perímetros irrigados normalmente são construídos por etapas, ou seja, realizam-se inicialmente obras em uma etapa determinada, tais como canais de irrigação e estradas, dividem-se o terreno em lotes, para somente depois, de acordo com as demandas que forem surgindo, realizarem obras nas demais áreas.

<sup>7</sup> Entrevista realizada com agricultor e liderança da comunidade Lagoa dos Cavalos, Russas (CE), em agosto de 2013.



[...] com relação aos expropriados, o pessoal ficaram dispersos e não existia uma organização para dar uma sustentabilidade pra eles. Quando eles vieram, o pessoal pra fazer o cadastro, e diziam que tinha uma dívida a ser pago, aí o pessoal começaram a desistir. Muitos desistiram, não quiseram. Porque tem que preencher né, o cadastro, se a pessoa quer concorrer a um lote ou não. E as pessoas, muitos desistiram. E que hoje, a gente observa, conversando com alguns deles, que se arrependeram, porque não concorreram, queriam ta dentro do projeto, mas desistiram [...] eles saíram alguns para Ramal de Flores, Jardim de São José, a própria Russas, a cidade, porque eles foram e, saíram para o local mais habitado. [...] foram mais pro local que tinha mais condição de vida [...] a gente observa [...] que muitos vieram a ser assalariado dentro das empresas depois. Trabalhar dentro do projeto, mais como assalariado [...] (Informação Verbal).

Observamos na fala do agricultor o referido processo de expropriação camponesa, destacado por Santos (1981), onde essas pessoas desapropriadas irão servir de mão de obra assalariada.

Segundo o entrevistado, os moradores da Comunidade formaram uma comissão de resistência para ajudar as famílias de Lagoa dos Cavalos a permanecerem na área. Assim, mesmo com uma forte imposição para que haja a desapropriação das famílias, através da resistência das mesmas algumas conquistas foram realizadas, tais como a permanência da área de moradia das famílias e um maior distanciamento da comunidade em relação à área de implantação dos lotes de empresas.

A associação da comunidade, criada antes mesmo da instalação do perímetro, contribuiu para que as famílias pudessem conseguir mais benefícios para a comunidade como um todo, a exemplo de energia elétrica, cisterna de placa, casa de farinha comunitária, casa de semente, agroindústria de ração de mandioca. A organização uniu ainda mais as famílias para lutar por questões comuns, como a conquista da água proveniente de uma adutora do projeto Tabuleiro de Russas que chega na comunidade, e atualmente está lutando por uma estação de tratamento.

O processo de resistência camponesa é observado tanto por intermédio das lutas, pelo direito de permanecerem na terra e para melhoria nas comunidades, como pelo intermédio de sua produção. Referindo-se ao Perímetro Tabuleiro de Russas, o mesmo entrevistado nos revela que: “[...] nós sabemos que o projeto ele

visa atender aos maiores mesmos, a filosofia do projeto é essa mesmo. Mas quando a comunidade se organiza e luta, acontece [...]” (Informação Verbal).

A Comunidade Lagoa dos Cavalos era reconhecida por trabalhar de forma agroecológica. Com as construções das obras da segunda etapa (Fotografia 02), houve uma interferência nas atividades dos agricultores da comunidade, mas a visão que os mesmos têm, segundo o entrevistado, é de concorrer aos lotes e continuar trabalhando, tendo como base a agroecologia, ou pelo menos produzindo de forma orgânica. Portanto, os camponeses seguem lutando pelo seu direito de permanecerem nas terras através de manifestações e reivindicações.



**FOTOGRAFIA 02** – Obras da 2ª etapa do perímetro Tabuleiro de Russas (CE). Acervo de Érica Pinheiro, 2013.

O processo de desapropriação das comunidades (Fotografia 03) para a implantação da primeira etapa, e mais recentemente, a segunda etapa do Perímetro Tabuleiro de Russas, fez desaparecer várias comunidades rurais. Esse processo de expropriação não ocorreu somente com o perímetro irrigado tabuleiro de Russas, mas também na ocasião da instalação do Perímetro Jaguaribe Apodi, realidade apresentada por Freitas (2010), e no Projeto Baixo Açu, destacada por Albano (2008) e Albano e Sá (2009).



**FOTOGRAFIA 03** – Casa demolida na Comunidade Lagoa dos Cavalos pela implantação da 2ª etapa do perímetro Tabuleiro de Russas (CE). Acervo de Érica Pinheiro, 2013.

O contexto de transformações nas comunidades camponesas não ocorreu somente através da instalação dos perímetros, mas mediante toda uma conjuntura inerente à reestruturação produtiva da agropecuária que tem atingido a região em análise de forma expressiva. Os perímetros irrigados são particularidades que reforçam essa realidade.

Além das políticas públicas com objetivo direto de uma agricultura empresarial, a chegada das empresas agrícolas também proporcionou mudanças significativas na região em análise conforme destacado em campo. Mudanças essas que atingem também a estrutura das famílias. Podemos visualizar esse fato em entrevista realizada com liderança local<sup>8</sup> da comunidade do Tomé:

[...] Depois da chegada das empresas, muita gente achou bom porque não tinha, não tinha um trabalho fixo. A maioria das pessoas saía para trabalhar fora. Como hoje ainda também tem, muitos que vai trabalhar no Rio, em São Paulo, em Minas, porque mesmo assim o trabalho ainda é muito curto e ainda é muito explorado. Eles ganham mais fora do que aqui. Mas as pessoas têm aquela segurança de ter aquele salário todos os meses, né. Que antes não tinha, apesar da exploração. Porque pra mim é uma grande exploração, uma mãe de família, sair de casa de 5:30

<sup>8</sup> Entrevista realizada com S., liderança da comunidade do Tomé, Limoeiro do Norte (CE), em agosto de 2013.

da manhã pra ir trabalhar, voltar de 7 ou 9 horas da noite. Tem deles que passa até 2:00 horas da madrugada. Tem criança que só vê a mãe dia de domingo, fica em casa com outras crianças, a mãe sai de manhã a criança ta dormindo, a mãe chega de noite a criança ta dormindo. Praticamente só vê os pais nos domingos. E isso também prejudica muito as famílias né. Por um lado é bom porque tem o dinheiro, pra comprar o necessário né, mas pelo outro lado, perde-se o crescimento dos filhos, do contato né, até mesmo o respeito pelos filhos [...] (Informação Verbal).

A comunidade do Tomé (Fotografia 04), localizada entre Limoeiro do Norte (CE) e Quixeré (CE) também vem sofrendo impactos causados pela atuação do agronegócio da fruticultura. Tais impactos são demonstrados em pesquisa sobre o impacto do uso indiscriminado de agrotóxicos no Baixo Jaguaribe (CE), acarretando a contaminação dos solos, da água, e impactando a saúde da população como um todo, pelo consumo de alimentos contaminados, e especialmente dos trabalhadores assalariados das empresas agrícolas que lidam diretamente com os produtos tóxicos (MACIEL; RIGOTTO; ALVES, 2011)<sup>9</sup>.



**FOTOGRAFIA 04** – Comunidade do Tomé, Limoeiro do Norte (CE) / Quixeré (CE). Acervo de Érica Pinheiro, 2013.

O movimento de resistência a esse modelo de agricultura vem sendo trilhado por camponeses de várias comunidades e assentamentos na região, além de outras instituições que têm unido forças, tais como universidades, entidades

<sup>9</sup> Essa questão vem sendo pesquisada por vários autores, com destaque para os pesquisadores do Núcleo de pesquisa TRAMAS (Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para Sustentabilidade) da Universidade Federal do Ceará, coordenado pela Professora Dra. Raquel Maria Rigotto.

PINHEIRO, É.M.B. O contexto do campesinato perante a expansão do agronegócio: expropriação, sujeição e resistência. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v. 3, nº5, p. 54-77, jul./dez. 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

religiosas, movimentos sociais, sindicatos e associações. Como resultado dessa junção de interesses políticos, destacamos as manifestações populares e eventos que vêm ocorrendo na região, a exemplo de mobilizações realizadas por movimentos sociais e comunidade, tais como a passeata do Grito dos Excluídos<sup>10</sup>, na qual são abordadas questões como a utilização de agrotóxicos, a pulverização aérea e a contaminação das águas (TEIXEIRA, 2010), bem como a Semana Zé Maria do Tomé, nomeada em alusão ao assassinato do líder comunitário José Maria Filho, conhecido por Zé Maria, residente na comunidade do Tomé, e executado no dia 21 de Abril de 2010 por denunciar os impactos sociais e ambientais que o agronegócio tem causado na região.

Diante desse contexto de contradições, a resistência também se faz presente na região em análise, sendo expressa tanto pelas manifestações populares e movimentos sociais, conforme destacamos acima, mas também pelas práticas de produção alternativa ao modelo do agronegócio. Assim, conforme destacaram Braga, Silva e Feitosa (2011, p. 485),

[...] as comunidades acreditam e exercitam outras formas de produção, de convivência com o semiárido, com a natureza e com o ambiente. Permanecer na terra, criar formas diversificadas de produção, trabalho, mobilização permanente e convivência coletiva é um ato social de resistência ao modelo de desenvolvimento chamado agronegócio.

Diante do exposto, percebemos que a região apresenta uma realidade complexa, que além do avanço do agronegócio, formas de resistências são estabelecidas. Porém, também permanecem formas e estratégias utilizadas pelas empresas para sujeitar o campesinato aos ditames de uma agricultura de mercado. Assim, a região em análise vem desenvolvendo ao longo do tempo condições favoráveis para a instalação do agronegócio. Nesse caso, a intensificação de empresas agrícolas na região e as estratégias que as mesmas desenvolvem fortalecem ainda mais o processo de sujeição da renda da terra camponesa.

---

<sup>10</sup> Caracteriza-se pelo conjunto de manifestações populares realizadas em várias partes do Brasil, nos dias 7 de Setembro, data de comemoração da Independência do país, com objetivo de sensibilizar a sociedade sobre as problemáticas de exclusão social.

## 2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto apresentado podemos observar que de forma geral o campo sofre influência das novas técnicas, tanto na ocupação do solo por meio de infraestruturas modernas, como por transformações generalizadas pelo uso de novos métodos de produção. Essa conjuntura é direcionada, sobretudo, para beneficiar o agronegócio. Assim, interfere de forma significativa na agricultura camponesa, uma vez que esta se desenvolve com propósitos diferenciados da agricultura capitalista – ao passo que o objetivo principal do campesinato é a reprodução da família, na agricultura capitalista o objetivo principal é a obtenção de lucro à custa da exploração do trabalho alheio.

O desenvolvimento do agronegócio, sobretudo nos perímetros irrigados, conforme observamos na presente pesquisa, fortalece a imposição por adotar técnicas modernas na agricultura, o que muitas vezes não condiz com a realidade ambiental e social dos camponeses. Essas técnicas têm provocado impactos significativos, a exemplo da poluição dos solos e da água e, por consequência, impactando diretamente a saúde da população.

Além desses fatores, a implantação dos projetos de perímetros irrigados e a chegada de empresas agrícolas tende a expropriar o campesinato de suas terras, liberando-as para atuação empresarial, e utilizando-se dos camponeses desapropriados como força de trabalho explorada.

As respostas dos camponeses a esses impactos têm sido expressas em movimentos de resistência, seja através de manifestações populares, denunciando os impactos causados pelo modelo de agricultura imposta pelo agronegócio, seja através de estratégias de outras formas de produção que obtém melhorias na condição familiar, que fortalecem o convívio social e a solidariedade entre as pessoas, desenvolvendo uma atividade menos impactante ao ambiente, condizente com as condições do semiárido e diversificando a produção.

### 3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANO, G. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no Município de Ipangaçu – RN**. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2008.

ALBANO, G. P.; SÁ, A. J. de. Vale do Açu-RN: a passagem do extrativismo da carnaúba para a monocultura de banana. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n. 3, set/dez. 2009.

BRAGA, L. de Q. V. Agronegócio cercando Agroecologia: Modo de Vida e Conflito Socioambiental em Comunidades Agrícolas de Tabuleiro de Russas, Ceará. **Dissertação** (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRAGA, L. de Q. V.; SILVA, M. de L. V.; FEITOSA, M. da P. Com a palavra, os que lutam: os movimentos de resistência das comunidades do Baixo Jaguaribe em defesa da terra, do trabalhador e de modos de vida. RIGOTTO, R. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Ed. UFC, Co-Edição Expressão Popular, 2011.

ELIAS, D. Integração competitiva do semi-árido. In: ELIAS, D.; SAMPAIO, J. L. F. (Orgs.). **Modernização excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002a. p. 11-36.

\_\_\_\_\_. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova**. v. 10, n. 218, 2006a.

\_\_\_\_\_. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, D. e PEQUENO, R. (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006b.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, v. 2, 2009. 369p.

MACIEL, R. H. M.; RIGOTTO, R. M.; ALVES, P. A. Como está a saúde destes trabalhadores? In: RIGOTTO, R. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Ed. UFC, Co-Edição Expressão Popular, 2011.

MARX, K. **O Capital. Crítica da economia política**. Livro terceiro. O processo Global da produção capitalista. Volume VI. Tradução de Reginaldo Sant'ana. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 1974.

MARTINS, J de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis, Ed. Vozes,1981.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. 4ª edição. São Paulo. Editora Hucitec, 1990.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** São Paulo: Editora Hucitec, 1991, p. 182.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo, Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. **A agricultura camponesa no Brasil.** 4 ed. - São Paulo: Contexto. 2001.

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007

SANTOS, T. A reprodução subordinada do campesinato. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 1981.

SILVA, J. N.; NETO, J. A. F.; MOURA, O. N. S. Terceirização da Fruticultura no Polo Açúcar-Mossoró-RN: Uma Alternativa para a Pequena Produção. In: **Encontro Regional da Associação Programa de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura**, Recife – PE, 1997.

TEIXEIRA, M. M. “Por Deus que parece que fizeram por aí algum rebuliço”: experiências de combate à pulverização aérea na Chapada do Apodi, Ceará. In.: RIGOTTO, R. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE.** Fortaleza: Ed. UFC, Co-Edição Expressão Popular, 2010.